



CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

O CEAF é o órgão responsável pela educação institucional no Ministério Público. Através das atividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos estabelece-se um círculo virtuoso de aquisição, disseminação, compartilhamento e retenção de conhecimento na Instituição. O CEAF, com enfoque estratégico, possibilita e estimula, através dos projetos educacionais realizados, uma ampla discussão de implementação de ações institucionais e administrativas.

Anualmente é elaborado um plano de capacitação e aperfeiçoamento. As informações para concretização do plano originam-se de diversas fontes, tais como o Plano Geral de Atuação Institucional, o Plano Geral de Atuação Administrativa, Políticas Institucionais, a Ficha de Avaliação do Estágio Probatório dos Servidores, além de demandas pontuais de membros e servidores.

Através de seus servidores, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional participa das Comissões de Estágio Probatório, Antitabagismo, Qualidade de Vida e de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Também está presente em grupos de trabalho criados pela Comissão Permanente de Informática e seu coordenador é presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos. Toda esta atuação não se faz por acaso, e sim porque o CEAF se propõe a uma postura proativa, ou seja, antecipando demandas e planejando suas atividades de maneira apropriada, de forma a estar atento a toda necessidade de treinamento da Instituição.

Os projetos de educação levados a efeito pelo CEAF são implementados de modo autônomo e também em parceria com outros órgãos da Instituição, como a Subprocuradoria para Assuntos Institucionais, os Centros de Apoio Operacional e o Gabinete de Articulação e Responsabilidade Social. Além disso, o CEAF atua em parceria com a Fundação Escola Superior do Ministério Público, organizando conjuntamente os eventos de capacitação ou, ainda, adquirindo vagas nos cursos promovidos pela Fundação-Escola.



Um marco na atuação do CEAF tem sido os ciclos de debates para promotores e procuradores de justiça, promovidos pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais e pelos Centros de Apoio Operacional, com a colaboração do CEAF. Estes encontros, congregando membros de todo o Estado, tem, de modo geral, duas grandes finalidades: (i) uma, de natureza educacional, uma vez que possibilita um ambiente de capacitação, pela oportunização de aprendizagem através da discussão e compartilhamento de experiências em oficinas de trabalho; e (ii) outra, de natureza institucional, porquanto objetiva a aprovação de enunciados destinados a pautar a atuação dos órgãos de execução, como recomendações, sem caráter vinculativo, com vistas a otimizar e a uniformizar a atuação institucional. Em 2006, o CEAF se fez presente na realização de dois encontros estaduais: “ II Encontro Estadual Criminal do Ministério Público – Execução Criminal” e “Estratégias Institucionais do Ministério Público para a Concretização dos Direitos Humanos”. No encontro criminal, realizado em abril, na cidade de Gramado, compareceram 267 Procuradores e Promotores de Justiça que debateram assuntos como a progressão de regime, a execução da pena, a fiscalização do serviço externo, o exame criminológico, o comportamento carcerário, o livramento condicional, a prescrição, as penas restritivas de direitos, saídas temporárias, indulto e prisão domiciliar. Mais de 70 ementas saíram das oficinas temáticas, sendo 64 aprovadas em plenário. No Encontro de Direitos Humanos realizado em Bento Gonçalves, no mês de junho, com 195 Promotores e Procuradores de Justiça, discutiu-se temas como a saúde como direito fundamental, falta de leitos hospitalares pelo SUS, discriminação contra a mulher, atenção às denúncias por discriminação sexual, a atuação do Ministério Público para tutelar e impedir a violação dos direitos humanos dos operadores e agentes de segurança e justiça, caracterização de situação de risco do idoso, instituições de longa permanência, judiciabilidade dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, planejamento familiar e controle da natalidade, assistência social como direito fundamental, a posição hierárquica dos Tratados de Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro e ação penal contra responsáveis por tortura e maus-tratos.



A partir da identificação de uma necessidade dos membros da Instituição, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional desenvolveu o Programa de Formação de Gestores de Promotorias de Justiça. Foi idealizado um programa de estudos com fundamentos básicos de administração voltado, exclusivamente, para membros. O objetivo foi transmitir conhecimentos e desenvolver habilidades básicas para gestão de uma unidade administrativa (Promotoria de Justiça). Em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, o curso ocorreu em Caxias do Sul e Passo Fundo, com carga horária de cinquenta e seis (56) horas-aula e desenvolveu-se de maio a outubro. Cinquenta e sete (57) promotores de justiça concluíram o curso.

O Centro de Estudos realizou pesquisa para levantar necessidade de treinamento em língua portuguesa na Instituição. Concluída esta etapa e identificadas as necessidades específicas, foi firmado convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para o desenvolvimento de um curso de português na modalidade a distância. O primeiro curso que se utilizou desta metodologia na Instituição. Cerca de 300 pessoas, entre membros e servidores, aprimoraram seus conhecimentos em língua portuguesa.

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional atua marcadamente na seara jurídica, em razão da atividade-fim da Instituição. Atuação extrajudicial, ordem urbanística, ambiental, defesa do consumidor, família, defesa comunitária, infância e juventude e improbidade administrativa são áreas em que o CEAF oferece oportunidades de cursos e palestras. Destaca-se este ano o apoio do CEAF ao fórum A Fiscalização de Alimentos e as Relações de Consumo, os cursos Atualização do Código Civil, Lei de Falências e Recuperação de Empresas, Atualização em Processo Civil, Processo Civil Aplicado e o curso Temático de Direito-Urbano Ambiental e Patrimônio Cultural.

Como exemplo de projeto de educação oriundo do Planejamento Estratégico Institucional, deve ser mencionado o curso “Técnicas de Negociação”, levado a efeito pelo CEAF em parceria com PUCRS.

O Centro atua também em demandas isoladas de membros e servidores, como exemplo, podemos citar o I Encontro Nacional do Serviço



Social no Ministério Público que contou com a presença de mais de oitenta(80) assistentes sociais de todo país. Neste evento foi discutido papel do Serviço Social no contexto sócio-jurídico e no Ministério Público. Foram apresentados dezessete artigos e trabalhos que estão à disposição na página do CEAF na internet, que, aliás, foi criada este ano e tem sido muito útil como ferramenta de comunicação, sobretudo nos eventos externos.

No campo da tecnologia da informação, o CEAF investe na equipe de informática do Ministério Público, qualificada e atualizada com o que existe de mais atual em termos de tecnologia e desenvolvimento de sistemas. A informática básica para usuários também foi atendida através diversos cursos de Word, Excel, Internet, Access e Windows.

Na área ambiental, o Centro de Estudos tem oferecido diversos simpósios, congressos, seminários e cursos especializados. Neste ano temos como exemplo o curso de Avaliação de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), o Dia Mundial da Água, o Seminário sobre Queimadas e o Seminário sobre Matas Ciliares. Cabe ressaltar a importância de tais eventos e treinamentos como suporte ágil e qualificado à tomada de decisão do Promotor de Justiça.

O CEAF coordena a concessão de bolsas parciais aos membros da Instituição em cursos de pós-graduação, em universidades do Rio Grande do Sul. Atualmente são vinte e quatro membros com cursos em andamento. Especializações em Direito da Criança e do Adolescente, Direito Constitucional, Direito Penal e Processual Penal, Direito Civil, Mestrado em Direito do Estado e Mestrado em Filosofia são alguns exemplos.

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional preocupa-se com o desenvolvimento das pessoas na Instituição. Procura estimular o aperfeiçoamento interpessoal do gestor, seja membro ou servidor, e demais envolvidos, visando à construção de equipes de trabalho. Através de parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos, o CEAF realizou projeto de desenvolvimento interpessoal e coaching junto à Divisão de Assessoramento Técnico e próprio CEAF.

Dentro da perspectiva de qualificação de servidores, este ano houve a entrega dos trabalhos de conclusão e a cerimônia formatura da turma do curso



de pós-graduação – MBA em Gestão Pública – em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. A cerimônia de formatura, realizada no Palácio do Ministério Público contou com a presença da Administração Superior, o que só reforçou a importância reservada à educação na Instituição. Neste projeto, a Instituição proporcionou a 35 servidores, com o apoio do CEAF, uma capacitação diferenciada para que o Ministério Público mantenha-se, cada vez mais, uma Instituição de referência no contexto público brasileiro.

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional fecha o ciclo do treinamento com um processo de avaliação. Nos cursos abertos, ou seja, onde membros e servidores participam do aperfeiçoamento com público externo em treinamentos ofertados por instituições ou empresas externas, 93,67% têm aplicado integralmente ou em parte os conteúdos oferecidos. Esta informação resulta das avaliações de aplicação entregues, portanto, do ponto de vista dos participantes. Ainda segundo as avaliações de aplicação, ressaltando que nem todas são devolvidas, 100% dos cursos realizados trouxeram maior motivação para o trabalho.

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Em razão dos concursos realizados, há, hoje, muitos servidores em estágio probatório, que têm tido a atenção das áreas de capacitação e treinamento.

Dados básicos referentes ao ano de 2006:

- Servidores em estágio probatório: 782
- Reuniões realizadas: 12
- Reuniões ordinárias: 10
- Reuniões extraordinárias: 02
- Média de processos relatados por reunião: 130,3
- Diligências realizadas: 63



- Encaminhamentos para treinamento: Atualmente, as eventuais solicitações de treinamento da chefia imediata e/ou do servidor avaliando são automaticamente analisadas pelo CEAF.
- Exonerações a pedido: 49
- Confirmações de estabilidade: 237

PROMOÇÕES

O Processo de Promoção referente ao Período Avaliativo de 01/06/2003 a 30/11/2004, foi concluído totalmente este ano, e não há previsão de abertura de novo processo de promoções até o momento.